



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E COLONIALIDADE: DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO NOS DEBATES ATUAIS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Educational policies and coloniality: Christian religious discourse in current debates about gender and sexuality at school

Marlon Silveira da Silva¹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
DOI: 10.29327/256659.15.3-18

RESUMO:

O contexto atual tem evidenciado um acirramento das disputas pelas políticas curriculares e educacionais, no Brasil, no que diz respeito aos conteúdos a serem desenvolvidos pelas escolas. O ataque sistemático à possibilidade de discussão de temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, nos últimos anos, tem se tornado uma das mais evidentes manifestações da bancada religiosa cristã. Orientados pelos chamados estudos decoloniais propostos por María Lugones (2008), Aníbal Quijano (2005) e Walter Dignolo (2008a, 2008b, 2017), além das contribuições dos estudos curriculares de Elizabeth Macedo (2016) e da pesquisa bibliográfica e documental, temos como objetivo refletir sobre manifestações públicas de alguns atores políticos identificados como cristãos, e que representaram um retrocesso à agenda de Direitos Humanos no país e, principalmente, no que diz respeito às discussões de gênero e sexualidade no espaço escolar. Como resultado, foi possível perceber que tais discursos, ao se ampararem em valores morais cristãos, na disputa por significar os conteúdos que deveriam ser contemplados por documentos como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, agudizaram processos de exclusão e discriminação, demonstrando a ainda intrínseca relação entre religiões cristãs, colonialidade e educação.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade; Religião; Colonialidade; Políticas educacionais.

¹* Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de pesquisa “Giros Curriculares: cultura e diferença”. É bolsista de Pós-doutorado Jr., sendo este estudo financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/005791/2022 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, SEI Nº 01300.008811/2022-51. E-mail: marlon_ltbg@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Caracterizar este sistema de género como colonial/moderno, tanto en trazos generales, como en su concreción detallada y vivida, nos permitirá ver la imposición colonial, lo profundo de esa imposición. Nos permitirá ver la extensión y profundidad histórica de su alcance destructivo. Intento hacer visible lo instrumental del sistema de género colonial/moderno en nuestro sometimiento –tanto de los hombres como de las mujeres de color– en todos los ámbitos de la existencia (Lugones, 2008, p. 16-17).

Ainda que a presença religiosa cristã marque, sobremaneira, a história do Brasil, chama a atenção o quanto, na atualidade, grupos religiosos cristãos vêm disputando (e alcançando) espaço na agenda política institucional, principalmente no que diz respeito aos processos decisórios. No contexto de discussões das políticas educacionais e curriculares ocorridas a partir de 2013, tendo como expoentes os documentos Plano Nacional de Educação (decênio 2014/2024)² e a Base Nacional Comum Curricular³, a presença e a força desses grupos ganharam evidência. Manifestações públicas por parte de pastores, bispos e padres, de diferentes denominações religiosas cristãs, a respeito do que deveria ou não ser discutido na/pela escola indicavam um projeto de sociedade marcado pelo ataque às discussões de gênero e sexualidade, bem como restrito a certos conhecimentos/saberes oriundos da modernidade europeia.

No decorrer da década de 1990, influenciadas tanto pelas teorias críticas quanto pelas pós-críticas, as demandas dos chamados grupos políticos minoritários (de raça, de gênero, identidades político-sexuais, de classe, pessoas com deficiências, etc.) por

² Segundo o portal do MEC: “O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia ao acesso, à universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da Educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao Ensino Superior” (em <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2017).

³ O documento da Base Nacional Comum Curricular, desde a primeira versão até a terceira, sofreu muitas modificações, resultando numa quarta versão. Na introdução da última versão, o documento se apresenta: “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter *normativo* que define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens* essenciais que *todos os alunos devem desenvolver* ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus *direitos de aprendizagem e desenvolvimento*, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).” (BNCC, p. 7, grifos nossos).

representação foram sendo incorporadas e associadas às demandas críticas por justiça social, na educação e em diferentes espaços, fortalecendo os compromissos internacionais firmados pelo Brasil em relação a uma agenda de Direitos Humanos.

Em um país marcado pela imposição de um projeto de sociedade colonial, essa “abertura” para determinados assuntos, nos últimos anos, levou a uma reação e ao fortalecimento de atores e grupos políticos irmanados por demandas conservadoras em comum, a exemplo dos políticos religiosos cristãos e de movimentos/projetos como o Escola Sem Partido⁴, mas não só.

Se até a década de 1980 os seguidores da Teologia da Libertação⁵ apareciam com mais frequência no cenário das disputas político-partidárias (inclusive apoiando publicamente candidatos de esquerda), durante a década de 1990 foi possível perceber a candidatura de católicos carismáticos em diferentes siglas partidárias, a maioria no PSDB (ANDRADE, 2010). Isso ajuda a desmistificar a ideia de que a onda ultra conservadora que estamos vivendo atualmente foi movida exclusivamente por setores evangélicos.

Ainda que a Igreja Católica não tenha a mesma expressividade de líderes religiosos candidatos (como padres, freis, etc.), utilizando essa denominação como os pastores e bispos evangélicos costumam usar em suas vidas políticas, muitos candidatos a cargos políticos são leigos católicos, com seus dogmas e crenças orientados pela fé e pelas moralidades cristãs. Soma-se a isso a frequente presença de autoridades religiosas, tanto evangélicas quanto católicas, em discussões públicas, como quando estão em pauta assuntos como a descriminalização do aborto, a utilização de *canabis* para fins medicinais e nas próprias assembleias de discussões sobre retirada/permanência dos termos “igualdade

⁴ Projeto de Lei nº 867/15, apresentado em 23 de março de 2015 na Câmara dos Deputados pelo deputado Izalci (PSDB/DF). Segundo alguns críticos, além de vigiar e censurar a prática docente limitando a liberdade de cátedra, o projeto também se caracteriza, segundo Ciavatta (2017), como: “o Escola sem Partido tenta inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educacionais propostas que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual (na escola e na sociedade), o combate ao preconceito, ao sexismo e à LGBTfobia”. Também há uma ofensiva destrutiva em relação aos livros didáticos, em tons de “denúncia e alarmismo”. No entanto, ressaltam os autores, existe todo um campo de estudo de apoio aos docentes e que pode propiciar instrumentos aos alunos para conhecer e discutir ‘o ensino de questões sensíveis’” (p. 13).

⁵ No Brasil, essa teologia tornou-se popular e conhecida pelas obras do teólogo Leonardo Boff, que defendia: “Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a Teologia da Libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja” (Boff, 1985, p. 40).

de gênero” e “orientação sexual” do PNE, quando com frequência padres, bispos e pastores foram levados para defender seus pontos de vista, na maioria das vezes como autoridades ou especialistas no assunto, de forma a legitimar os argumentos trazidos por vereadores e deputados alinhados com o discurso moralista e conservador.

No tocante à presença evangélica, não por acaso, no decorrer da década de 1990 houve também crescimento no número de evangélicos disputando espaços na política. Em matéria divulgada pelo *Brasil de Fato*, especialistas e evangélicos ouvidos explicam que “o avanço dos evangélicos sobre/na política responde a um projeto de poder instigado pelos líderes religiosos e em aliança com a direita brasileira”⁶.

O pânico moral (Miskolci, 2007) estimulado por tais grupos a partir da manipulação e divulgação de informações falsas (*fake news*) em torno de temas caros a sociedade brasileira, a exemplo das discussões de gênero e sexualidade na escola, fez com que grande parte da sociedade civil se identificasse com esses discursos, a ponto de elegermos nas eleições presidenciais de 2018, o projeto mais conservador e retrógrado, no que diz respeito a agenda de direitos sexuais e reprodutivos.

Orientados pelo propósito de refletir sobre os diferentes discursos que nos subjetivam e nos sujeitam, este artigo se justifica pela urgente necessidade de interpretarmos o fenômeno que faz aproximar interesses morais religiosos de interesses conservadores, ao mesmo tempo que neoliberais, marcados pela ascensão de uma agenda moral e de ataque às políticas progressistas e de Direitos Humanos de outrora. Assim, temos como objetivo aqui refletir sobre manifestações públicas de alguns políticos cristãos e que resultaram num retrocesso à agenda de Direitos Humanos no país. Tal discussão se faz a partir dos estudos decoloniais propostos por María Lugones (2008), Aníbal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2008a, 2008b, 2017), em diálogo com a teoria curricular de Elizabeth Macedo (2016) e, metodologicamente, pelos referenciais da análise bibliográfica e documental.

⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/17/dominio-da-fe-e-da-politica-o-projeto-de-poder-dos-lideres-evangelicos-no-brasil>.

É dizer que, comprometidos com uma postura decolonial, interpretamos as manifestações e discursos aqui trazidos como expressão da luta por significação do currículo e a manutenção de certo projeto de sociedade, que vê na escola, e nas políticas que para ela se voltam, um espaço fecundo para isso, considerando que

[...] “colonialidad” no se refiere solamente a la clasificación racial. Es un fenómeno abarcador, ya que se trata de uno de los ejes del sistema de poder y, como tal, permea todo control del acceso sexual, la autoridad colectiva, el trabajo, y la subjetividad/intersubjetividad, y la producción del conocimiento desde el interior mismo de estas relaciones intersubjetivas. Para ponerlo de otro modo, todo control del sexo, la subjetividad, la autoridad, y el trabajo, están expresados en conexión con la colonialidad (LUGONES, 2008, p. 20).

Ainda que compreendamos, pautados por Lugones (2008) (e a sua crítica à teoria de Quijano em relação a sua conformidade para com a hegemonia do gênero) que: “O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero”, lançaremos mão da expressão gênero por entendermos que ela teve centralidade, fosse nos discursos de algumas minorias sexuais dissidentes e a sua luta por reivindicação política, fosse pelos conservadores e detratores da suposta “ideologia de gênero”.

Considerando as contribuições de Mignolo (2014) em relação às diferentes formas de controle e dominação instaladas pelo sistema colonial, aqui duas delas⁷: o controle do gênero e da sexualidade humana e o controle do conhecimento e da subjetividade, apresentaremos e analisaremos alguns dos discursos escritos e/ou falados em diferentes esferas, por políticos/cidadãos identificados como cristãos, no que diz respeito aos conteúdos que deveriam ser contemplados nas políticas acima citadas, reforçando, com isso, o monopólio da religião e de certos valores oriundos do processo de colonização.

⁷ Ainda que Mignolo (2008) apresente outras (controle da economia e controle da autoridade), neste artigo nos limitaremos a explorar apenas as duas citadas.

“MEUS FILHOS, MINHAS REGRAS!”: CONTROLE DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

[...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero [...] (Quijano, 2005, p. 118).

O jargão que escolhemos para *batizar* esta seção, empunhado por algumas famílias brasileiras cristãs no mesmo contexto aqui em questão, tem o duplo objetivo de subverter (e ironizar) a palavra de ordem feminista “Meu corpo, minhas regras!” e de reafirmar o papel da instituição familiar como a única responsável pela criação dos filhos. Desse modo, na sequência, buscaremos analisar alguns dos discursos encontrados e que defenderam a instituição família como autoridade exclusiva sobre os filhos, ao mesmo tempo que reafirmaram as assimetrias sexuais entre homens e mulheres à luz do Evangelho, argumentos moralizantes ancorados em dogmas religiosos, ainda que por vezes buscassem também na ciência, ou seja, na materialidade biológica dos corpos, justificar assimetrias entre homens e mulheres ao mesmo tempo que definir e reafirmar o papel principal do sexo: a procriação.

Se o ataque à “ideologia de gênero” foi fundamentado pela autoridade da família diante a criação dos filhos, num reforço sistêmico dessa instituição em detrimento de uma educação pública, democrática e republicana, é preciso perceber qual conceito de “família” foi mobilizado por esses discursos, bem como qual modelo de homem e de mulher lhes sustentaram. Uma concepção de família limitada às figuras paterna, materna e sua prole estaria ligada à ideia preconcebida e naturalizada sobre a família, baseada na concepção judaico-cristã, percebida em manifestações como:

“Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Deus os abençoou, e lhes disse: *Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra*”, Gênesis 1:27,28. A *ideologia de gênero* é um dos grandes engodos para *perverter a família natural* e com isso permitir ao Estado um papel que não lhe cabe: *impor a sua filosofia autoritária sobre a população*. É fato sobejamente conhecido, mediante *dados científicos comprovados e espiritual*, que a suposta orientação sexual é comportamento adquirido *por falta*

de referencial paterno ou materno ou mesmo pela influência do meio, bem como resultado de atitudes adultas de pedófilos que tentam perverter crianças indefesas. Assim que é nosso dever preservar a *família natural* e não permitir nenhuma brecha legal para que a malfadada ideologia de gênero prospere em nosso país (Projeto de Lei 10577/18, p. 2-3, grifos nossos)⁸.

Além da tentativa de restrição do conceito de “família” a uma visão tradicional, composta por homem e mulher, baseada em representações da mitologia bíblica de Adão e Eva, que por si só já seria problemática, uma vez que tenta impor no espaço público uma visão preconcebida a partir de dogmas religiosos, chamamos a atenção também para as muitas afirmações presentes no texto do projeto de lei trazido, mais especificamente para aquelas que novamente se baseiam em dados e ideias já problematizados pela comunidade científica, como a afirmação de que a “orientação sexual” seria algo adquirido por influência externa ou pela falta de referência materna ou paterna, obviamente, referências ancoradas em uma visão restrita às expectativas de gênero que buscavam/buscam afirmar tais categorias como naturais.

As reflexões em torno do “Sistema de gênero moderno/colonial”, proposta por Lugones (2008), parece-nos fundamental para a análise e compreensão do excerto acima trazido, uma vez que:

Problematizar el dimorfismo biológico y considerar la relación entre el dimorfismo biológico y la construcción dicotómica de género es central para entender el alcance, la profundidad, y las características del sistema de género colonial/moderno. La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión ideológica presentada ideológicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidad que ha conceptualizado la raza como “engenerizada” y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género –ambos son ficciones poderosas (Lugones, 2008, p. 44).

Ao mesmo tempo que o PL em questão entende como uma violência estatal a imposição de “tal filosofia” ou “ideologia” (de gênero) ele nega ou desconhece a

8

Disponível

em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;sessaoId=A389084632252A1039F7E8DF71C8D3C9.proposicoesWebExterno2?codteor=1679891&filename=Avulso+-PL+10577/2018. Acesso em: 10 set. 2019.

hierarquização heterossexista naturalizada pela afirmação das categorias homem e mulher e até de família, imposta compulsoriamente a todo momento através de distintos mecanismos. No texto do projeto, essa violência, forçada pelo Estado de diferentes formas, não é reconhecida como violência e, tampouco, como ideológica.

Ao fazerem críticas às discussões de gênero, geralmente por meio de uma leitura rasa e caricaturizada desses estudos, até mesmo, usando de modo equivocado o termo “ideologia de gênero”, os discursos aqui trazidos acabam reforçando o papel construído em torno da figura da mulher como esposa e mãe, limitando-a à reprodução e à criação dos filhos, bem como ao cuidado do lar. Por mais que esses grupos tentem com frequência reafirmar o modelo de família burguesa baseado nesses referenciais, estudos desenvolvidos por diferentes perspectivas, dentre os quais os estudos decoloniais, ao problematizarem a instituição família como algo construído e imposto a partir do processo de colonização iniciado nas Américas em 1492, nos lembram que, pensada fora de tal normatividade, ela é uma ficção, é artificial, logo, passível de transformação no tempo e no espaço.

Não é um universal, como querem seus defensores. Aqui vale lembrar as muitas configurações familiares que existem no Brasil hoje, desafiando qualquer tentativa de limitação conceitual a essa instituição e que, por vezes, é esquecida por aqueles interessados na afirmação desse restrito modelo familiar. Também desconsiderando as infinitas possibilidades que podem motivar as manifestações sexuais, seja por afeto ou simplesmente por prazer, a sexualidade, pautada pelo discurso biológico e religioso, é reforçada como condicionada à união monogâmica, limitada aos fins reprodutivos.

Com isso, reforça-se o papel marginal das práticas sexuais e eróticas dissidentes da heterossexual. Além das muitas tentativas de reforços jurídicos em defesa de uma legislação que limitasse o conceito de família formado pelo binarismo homem/mulher, na educação esses esforços voltaram-se ao combate incessante das pautas de gênero e sexualidade, passando também pela convocação das famílias como olheiras e responsáveis pela denúncia⁹ de docentes que ousassem discutir certos assuntos em sala de aula.

⁹ Como foi apresentado pelo Movimento Escola Sem Partido.

Ao acionar traumas sociais como o abuso sexual infantil e a pedofilia, a figura da criança ocupou centralidade nesse pânico moral (Miskolci, 2007). Por vezes, ela é a apresentada como ser acrítico, incapaz de refletir não somente sobre as questões relacionadas à falácia da “ideologia de gênero”, mas também à suposta “doutrinação marxista” nas escolas. Nessa perspectiva, a criança/adolescente em idade escolar seria um sujeito passivo, e o professor um ser com superpoderes capaz de modificar sua “essência” natural, conforme demonstrado no trecho:

Portanto, o cérebro das crianças... Por que todo esse cuidado? E não sou eu que estou dizendo; são *os médicos*, são *os cientistas*. É porque ele é ténue, ele é frágil, ele está em momento de formação, é como se você *estivesse programando, fazendo a programação*. Se você fizer a *programação errada*, não vai sair *conforme o esperado* (Senador José Medeiros (Podemos-MT), pronunciamento de 18 de outubro de 2017, grifos nossos)¹⁰.

Fica evidente no discurso a preocupação com um presumido fluxo natural que seguiria a formação da personalidade da criança, obviamente baseada em uma matriz heterossexual normativa em que a “programação errada” seria proporcionada a partir do contato com discussões e problematizações propostas por teorias como a de gênero, feminista ou queer. Tal compreensão traz à tona uma discussão antiga a respeito dos possíveis motivos que levariam à homossexualidade.

Esse tipo de fundamentação parece se aproximar de compreensões científicas do final do século XIX e início do século XX, que defendiam a hipótese de que o surgimento da “inversão sexual” de meninas e meninos poderia ser explicado por uma educação inadequada, possibilitada pelo meio e que, para evitar tais “erros”, seria preciso educá-los em hábitos “próprios” do seu sexo desde a mais tenra infância e, principalmente, na puberdade, em que tanto o espaço da escola quanto o da família seriam fundamentais para a afirmação dessa orientação saudável e normal (Silva, 2016).

Ora, se a orientação sexual ou o gênero são tão naturais assim, como reivindicado por discursos como o de Medeiros, por que a preocupação com uma suposta educação tão

¹⁰ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/437202>. Acesso em: 11 abr. 2018.

eficiente e capaz de modificar essa “programação”? Ou ainda, por que uma programação “errada” é apresentada como uma ameaça irreversível?

Desse modo, mais do que proibir e denunciar excessos de uma educação sobre gênero, sexo, ideologia – portanto, doutrinária –, era preciso defender a educação dos filhos como dever e responsabilidade única da família:

[...] Não cabe *tratar de ideologia*, seja de gênero, sejam outras quaisquer, coisas em que pai e mãe saberão conduzir seus filhos, e eles, claro, no futuro, poderão, dependendo das circunstâncias do mundo em que viverão, adaptá-las. [...] Então venho a esta tribuna para alertar para o *perigo* que essas coisas trazem para os *princípios da nossa nacionalidade*. É importante dizer que *educação é obrigação de pai e mãe*, é dever de pai e mãe. *Ensino é dever do Estado*. O pai e a mãe passam para os seus filhos princípios, valores, disciplina, tradições. E isso é plantado no *ambiente genético* ao qual a criança pertence. Ela é fruto de uma descendência. Ela vem ao longo de uma família. *O Estado, a escola prestará o ensino*. Não é possível, Sr. Presidente, supor que uma criança será educada por professores (Marcelo Crivella (PRB-RJ), pronunciamento de 26 de maio de 2015, grifos nossos) ¹¹.

Aspecto importante e até central nesta discussão refere-se ao papel da escola e ao conhecimento com que os estudantes devem ter contato. Ou seja, não somente no tocante a temas como gênero e sexualidade, mas também no reforço de certos assuntos como “verdadeiros conhecimentos” que deve ser acessado e qual a função (ou limites) do currículo e da instituição escolar. Assim, tanto os detratores da “ideologia de gênero” como os da “doutrinação marxista” nas escolas, defendem a garantia e a manutenção de um conhecimento alicerçado por valores universais oriundos da Modernidade europeia, sem colocar em suspenso o quanto esses conhecimentos também podem ser “ideológicos” e “doutrinários”, uma vez que reiteram hegemonias e assimetrias, sejam elas sexuais, de gênero, étnico-raciais ou de classe.

Um determinismo científico capaz de fundamentar discursos de ódio que, ao mesmo tempo que reforça binarismos e assimetrias que são caros à comunidade de LGBTI+ (reforçando-os como dissidentes e anormais), também buscam reforçar os papéis de gênero e determinar os papéis sociais de homens e mulheres, demonstrando o quanto tais questões

¹¹ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/414559>. Acesso em: 11/04/2018.

não podem ser pensadas desarticuladas, conforme apresentado por Lugones, quando afirma: “La interseccionalidad revela lo que no se ve cuando categorías como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otra. La denominación categorial construye lo que nomina” (Lugones, 2008, p. 24).

Como visto, a retórica sustentada pelo discurso de Crivella visa limitar a escola a um espaço de ensino/aprendizagem de conteúdos (alguns conteúdos), onde o professor deveria apenas cumprir o seu papel de “burocrata”, conforme endossado por Nagib:

Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o *cumprimento da norma*, mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral é o *padre, é o pastor, é o pai e a mãe*. Não é o funcionário público. O funcionário público *só faz aquilo que a lei determina*. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. *O professor é um burocrata*. Ele *transmite aos alunos o conteúdo do currículo*, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o ponto (Nagib, 14 fev. 2017, grifos nossos)¹².

A fala do autor do Movimento Escola sem Partido escancara pelo menos duas facetas desse movimento e dos argumentos que visam limitar a escola e a ação docente: seu caráter antipolítico e antidemocrático. Para Penna (2018), a insistência na defesa de que o professor é apenas um burocrata e que, como tal, está ali apenas para seguir a lei e transmitir conhecimento, elimina a possibilidade da dimensão política e democrática do processo de escolarização, garantida pela Constituição e pela própria legislação que tanto anima e sustenta os argumentos do autor do Movimento.

Macedo (2017), ao buscar entender como a teoria curricular tem criado esquemas normativos que tornam certas interpelações como naturais, “apagando possíveis dúvidas sobre a função imediata da escola” (Macedo, 2017, p. 540), contribui para a problematização do papel do espaço escolar, defendendo, na contramão dos discursos citados que buscam impor um sentido à escola, que “minha resposta à interpelação sobre a

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZqXM5FHX7g>. Acesso em 15 abr. 2017.

função da escola é: não, a escola não tem que ensinar. Ela tem que educar e isso não é ensinar” (Macedo, 2017, p. 541).

A crítica mobilizada por Macedo volta-se para algumas tradições da teoria curricular e sobre os discursos que limitam a escola a um projeto de reconhecimento que não abrange e, tampouco, respeite a diferença, ou seja, o não reconhecimento de identidades minoritárias que se constituem na luta social por representação (não apenas de gênero, mas de classe, étnico-raciais etc.) Assim,

[...] O reconhecimento é garantido pelo domínio privado do conhecimento como conteúdo. É a propriedade desse conhecimento, que nada mais é do que a propriedade da cultura como objeto epistemológico externo ao sujeito, que permite o seu reconhecimento. Nesse sentido, a educação põe em operação a norma neoliberal e, nas palavras de Bhandar, “proprietariza” a formação do sujeito (Macedo, 2017, p. 547).

Por tudo isso, a criança e a família receberam muita atenção por parte de fundamentalistas religiosos conservadores que buscaram, a partir de diferentes estratégias, a restauração da “família tradicional” e seus valores. Assim, a família e a escola emergem como importantes elementos na manutenção dessa normatividade, seja reforçando os papéis sociais de gênero, legitimando o papel da mulher como a responsável pelo sucesso (geralmente, econômico) e harmonia do lar, pelo reforço das suas funções “naturais” de esposas e mãe, seja como núcleo privado responsável pelo reforço das questões morais, quando o Estado supostamente oferece uma educação que fere seus preconceitos morais e religiosos, ainda que disfarçados de liberdade de expressão.

RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIÃO: CONTROLE DO CONHECIMENTO E DA SUBJETIVIDADE

El patriarcado regula las relaciones sociales de género y también las preferencias sexuales y lo hace em relación a la autoridad y a la economía, pero también al conocimiento: qué se puede/debe conocer, quiénes pueden y deben sabe

(Mignolo, 2008, p. 9)

Como verificado, família e escola precisavam se unir na tarefa de frear o avanço de certo tipo de conteúdo, logo, é necessário percebermos que junto a esse movimento conservador, ligado a valores religiosos fundamentalistas, ocorreu também nos últimos anos uma constante tentativa de desestabilização de certo monopólio da verdade e da credibilidade científica. No Brasil e fora, esse tipo de desconfiança para com algumas afirmações pautadas em dados científicos e que buscaram colocar em dúvida, inclusive, o formato esférico da Terra, vem aumentando e ganhando força via canais de mídias sociais alimentados por militantes¹³ empenhados em defender teses conspiratórias.

Ao colocarem em relevo conhecimentos e afirmações sobre temas que antes estavam respaldados por uma ciência colonizada (moderna, metódica e sistematizada), como aquilo que se dizia e se afirmava sobre os corpos, sobre homens e sobre mulheres, a ciência passa a ser desqualificada, desacreditada e negada em nome da manutenção e conservação de certos saberes que mascaravam e alimentavam diferenças e assimetrias, como as trazidas pelos estudos decoloniais, feministas ou queer.

Embora, com muita frequência as falas e escritos dos críticos da “ideologia de gênero” tragam a Bíblia Sagrada para justificar seus posicionamentos e defesas em torno de uma suposta essência fundadora, a partir de um homem e uma mulher, por vezes a ciência, como aquela que é autoridade e serve para legitimar o que está sendo dito, também é acionada, porém, não qualquer ciência.

Se no que tange às críticas à “ideologia de gênero”, os referenciais da Biologia, portanto, da anatomia dos corpos, ganharam centralidade, também é verdade afirmar o quanto esse movimento conservador disputou o currículo escolar e as políticas que para ele se voltam, no que diz respeito a outros aspectos.

As muitas pesquisas e estudos que vêm sendo realizados há muito por distintas áreas do conhecimento, além de serem desconsideradas e apresentadas como uma “mentira”, são colocadas como em oposição àquelas desenvolvidas por uma “ciência mais verdadeira”, pautada por dados biológicos “naturais”. Mais do que não serem levados em consideração,

¹³ A exemplo do canal “Professor Terra Plana”, disponível em: <https://www.youtube.com/c/ProfessorTerraPlana>. Acesso em: 23 nov. 2021.

tais estudos são apresentados como um desrespeito, um afronte, como defendido em audiência pública pelo deputado federal Victorio Galli:

O desrespeito à *natureza do ser humano*. A *natureza não se prova cientificamente*, ninguém nasce *gay*, não existe cromossomo *gay*, não existe isso. Agora, existe mudança de comportamento, aí é outra coisa, aí é outro campo do debate, tá? *A questão da cultura, a cultura está inferior à natureza*. No princípio não foi assim, como a professora Lia usou, citou a Bíblia, também posso citar a Bíblia. No começo, a *natureza começou foi com o homem e com a mulher*, não foi com dois macho (*sic*) nem com duas fêmea (*sic*), não foi com dois barbudo e nem com duas cara lisa, foi com um homem e com a mulher. E o que essa situação tá querendo fazer, daqui 10, 20 vocês vão ver acontecer com nosso futuro. Está aumentando cada vez mais prisão. Os presídio (*sic*) super lotado, governos desgovernados, cada vez mais se praticando a, a, a *corrupção*. *A corrupção daqui um dia tá pra ficar legalizada no país*. E aí? Então, nós temos que zelar pela nossa Constituição, já garante, no artigo quinto, todos nós somos iguais. Agora veja cá, essa questão da, da, da pseudoideologia de gênero, é, é... de repente, lá no colégio, a, a, tua menina, a tua adolescente, encontra, encontra com um homem que se diz se, se, não agora mudei de sexo, o meu gênero agora mudou, de repente tá no banheiro e ele, manipulando o pênis pra fazer, pra urinar, e a menina do lado. Que, que, que vexame é esse? Que desrespeito é esse? (Deputado federal Victorio Galli (PSC-MT), em audiência pública de 10 de novembro de 2015, grifos nossos).

Como uma discussão sobre a ideologia de gênero passou a uma sobre corrupção e lotação de presídios não parece estar muito lúcido. Mas, ao que tudo indica, as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade são jogadas no mesmo universo caótico do crime e da corrupção, uma vez que ambos estariam relacionados ao descontrole moral dos costumes e valores. O fato de o discurso que se propunha a fazer um ataque à “ideologia de gênero” também fazer uso do apelo discursivo anticorrupção, menos de um mês após o pedido de impeachment de Dilma ser protocolado, não é mera coincidência, pois contribui para a hipótese defendida de que ambos, discurso antigênero e discurso anticorrupção, fizeram parte de um bloco político empenhado na deposição do governo.

Victorio Galli aproveita-se também da problemática da utilização dos banheiros escolares por alunas travestis e transexuais, em que a presença delas parece simbolizar desrespeito e até violência contra as “meninas de verdade”. Ao fazer tais provocações, o deputado desconsidera as diferentes formas de violência sofrida por travestis e transexuais por sustentarem outras formas de experienciar o sexo e o gênero, em que essas formas

dissidentes não são sequer contempladas pela arquitetura escolar, o que denuncia o quanto esses espaços ainda estão carregados de sentidos, tornando-se fundamentais na (re)produção de corpos heteronormatizados.

Historicamente, a Ciência Médica pautada pela Biologia a partir de estudos desenvolvidos em campos como a Endocrinologia e a Anatomia, que por muito tempo sustentaram o discurso da Medicina e, até mesmo, de áreas como o Direito (criminal, baseado na Medicina forense) ao longo dos séculos XVIII e XIX, ao mesmo tempo que se constituíam como a autoridade máxima sobre patologias e doenças físicas e mentais, também definiam as diferenças sexuais pautados em um modelo binário (Silva, 2016).

Assim, dados de uma ciência voltada para a delimitação muito específica em relação às diferenças sexuais entre homens e mulheres, pautada por diferenças sexuais, é privilegiada em detrimento de dados oferecidos por estudos voltados para a desconstrução desses signos, a partir da relativização dessas mesmas marcas, como aqueles que desde a década de 1990 vêm colocando em suspenso os próprios dados genéticos e cromossômicos, uma vez que, como provocado por pesquisas como a de Fausto-Sterling (2000), se levados em consideração os dados cromossômicos, seria possível encontrar no mínimo cinco sexos.

Apesar disso, pode se afirmar que esse tipo de retórica como a sustentada por Galli é recorrente. A exemplo do que segue:

Aqui me solidarizo, neste momento, com os clubes de voleibol do Brasil, com as atletas do voleibol do Brasil que se *levantam contra um homem, que se diz mulher*, na liga feminina. Além da *testosterona – isso é biológico, isso é ciência –*, nada tem a ver com discriminação. Aliás, os esquerdopatas podem falar tudo e defender o que querem, porque há o direito à liberdade, à expressão, mas, quando nós defendemos o que acreditamos, *uma verdade científica como essa*, é discriminação. É verdade: os clubes femininos de voleibol precisam fazer pressão na Confederação de Voleibol, porque isso é uma vergonha. Um homem, com testosterona, não pode competir: a musculatura é diferente, o pulmão é diferente. Daqui a pouco, *um homem que se diz mulher* vai querer competir no jiu-jitsu com as mulheres. Nada contra que se faça uma liga de voleibol LGBT para os machos que se sentem fêmeas e que se faça uma liga LGBT para as fêmeas que se sentem machos. Estão tentando inverter a ordem. Quem acredita nessa ordem, a partir do nascituro, *num País majoritariamente cristão*, não pode se calar. A minha solidariedade às jogadoras de vôlei. Senador Jorge, *um macho cheio de testosterona é diferente*. Ele está dizendo que é mulher, *respeita-se o que diz que é, mas não é. Deus não criou um terceiro sexo*, uma

constituição física absolutamente diferente competindo com as mulheres. Já se tornou o maior pontuador da liga feminina, mas é um homem. Isso é uma brincadeira de mau gosto. E nós vamos nos calar? (Senador Magno Malta (PR-ES), pronunciamento em 05 de fevereiro de 2018, grifos nossos)¹⁴.

Para além da transfobia e das questões relacionadas à tentativa de redução das lutas e conquistas 15 caras à comunidade de mulheres e homens transexuais, travestis e intersexuais, na fala de Magno Malta, resta-nos questionar também que discurso é esse que ora se aproxima dos referenciais científicos da Biologia para sacramentar uma superioridade da natureza sobre corpos masculinos e femininos e, em outra, nega a cientificidade dos estudos e pesquisas de outras áreas que vão na direção contrária, desestabilizando essas categorias.

As contribuições de Lugones (2008), em diálogo com o conceito de colonialidade do poder de Quijano (2005), nos ajudam a refletir a respeito da centralidade que a biologia assume na reorganização das relações, em que:

La colonialidad del poder introduce la clasificación social universal y básica de la población del planeta en términos de la idea de “raza”. La invención de la “raza” es un giro profundo, un pivotar el centro, ya que reposiciona las relaciones de superioridad e inferioridad establecidas a través de la dominación. Reconoce la humanidad y las relaciones humanas a través de una ficción, en términos biológicos (LUGONES, 2008, p. 19).

Assim como a ideia de “raça” reforçou e sustentou processos de exclusão, exploração e hierarquização, legitimados por certos saberes produzidos pela modernidade, é recorrente entre os argumentos voltados para o ataque à agenda de gênero a utilização de dados baseados na materialidade científica dos corpos, cuja reafirmação de dados genéticos como o DNA e os cromossomos, é utilizada para sustentar a superioridade da “natureza”, sem que seja colocada em xeque a construção discursiva do próprio discurso médico.

¹⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/440973>.

¹⁵ A exemplo do direito à cirurgia de readequação sexual e ao tratamento hormonal, oferecido no Brasil pelo Sistema Único de Saúde, e a alteração do nome social.

A reafirmação das categorias binárias homem e mulher já evidencia a visão colonial “artificial” e fabricada. Para Lugones (2008): “Es importante considerar los cambios que la colonización trajo, para entender el alcance de la organización del sexo y el género bajo el colonialismo y al interior del capitalismo global y eurocentrado” (p. 31), uma vez que “os individuos intersexuales fueron reconocidos en muchas sociedades tribales con anterioridad a la colonización sin asimilarlos a la clasificación sexual binaria” (p. 31).

Se, como visto, constantemente os argumentos científicos de uma Ciência Biológica são acionados para fundamentar a materialidade anatômica dos corpos, por outro lado, essa ciência é abandonada quando se trata das pesquisas e estudos das diferentes áreas que visam discutir e problematizar gênero e sexualidade, num esforço de desqualificá-los e diminuí-los. A esse respeito, trazemos para ilustrar também o desenvolvimento de pesquisas na área da Psiquiatria e da Psicologia, que levaram à retirada da homossexualidade do código internacional de doenças; mesmo diante disso, é possível perceber no contexto atual, com frequência, a apresentação de projetos voltados para a possibilidade de tratamento dos comportamentos sexuais (orientação ou sexualidade), como a proposta da “cura gay”¹⁶. Além desse tipo de projeto, chamam a atenção também aqueles que, pautando-se por uma suposta coerência entre sexo biológico, gênero e desejo, associam comportamentos e orientações sexuais não heterossexuais a distúrbios e a desvios de comportamento.

Podemos afirmar que os fundamentalistas religiosos foram perspicazes no investimento que fez aproximar o discurso religioso moralista de um discurso científico biologizante, uma vez que souberam explorar o caráter regulatório e normatizador da ciência, aquela que constantemente é acionada para legitimar o que seja certo, normal e, portanto, autorizado, dito e não dito. Apesar disso, cabe destacar o quanto por vezes esses discursos também buscaram deslegitimar dados científicos, a exemplo dos discursos que

¹⁶ Decreto Legislativo nº 234, encaminhado pelo deputado federal João Campos (PSDB-GO), que propunha sustar a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, de 23 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

tentavam destituir a cientificidade dos estudos de gênero e sexualidade, mas não ficando restritos a isso.

Os saberes produzidos pelos/com os considerados dissidentes (de classe, de raça, de gênero, de sexo, etc.), ao atingirem o status de saberes e ensinados nas escolas, passam a desafiar a hegemonia de conhecimentos que, em outrora, legitimavam tais hierarquias sociais, levando assim novamente a uma disputa pelo que deveria ou não ser ensinado nas escolas, não somente no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade (como já visto), mas também no que tange aos conteúdos ligados à História, por exemplo.

Nagib, em uma crítica feita à BNCC durante a transição entre a segunda para a terceira versão do documento, chama a atenção:

O último desabamento foi provocado pela proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dias atrás, o historiador Marco Antonio Villa demonstrou, em artigo publicado no jornal *O Globo*, que, se a proposta do MEC for aprovada, os estudantes brasileiros que quiserem aprender alguma coisa sobre o antigo Egito, a Mesopotâmia e a Grécia; o Império Romano e o nascimento do cristianismo; a Idade Média, o Renascimento, a Revolução Industrial e até mesmo a Revolução Francesa serão obrigados a se virar por conta própria. Na sala de aula, terão de estudar os mundos ameríndios, africanos e afro-brasileiros; interpretar os movimentos sociais negros e quilombolas; valorizar e promover o respeito às culturas africanas e afro-americanas. É um assombro¹⁷.

A tentativa de silenciamento e apagamento dessas questões no documento da BNCC e, conseqüentemente, dos currículos, vai em direção ao fortalecimento, à manutenção dos privilégios historicamente estabelecidos e hegemônicos, ao tentar impor uma “história única” (Adichie, 2019) e supostos conhecimentos e saberes universais ao currículo, sem considerar (de forma proposital, supomos) que a imposição de certos conhecimentos em detrimento de outros faz parte da manutenção de uma normatividade que subalterniza conhecimentos, saberes e culturas, conforme trazido por Mignolo (2008b), em diálogo com Lugones (2008) e Quijano (2005), a respeito da centralidade da religião nesse processo. Não somente a imposição de uma cultura, mas de um conhecimento, de uma raça, de uma religião como superior às demais no mesmo movimento.

¹⁷ Texto de Miguel Nagib na página do movimento. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/artigos-top/576-quem-deve-aprovar-a-bncc>.

A esse respeito, também é possível encontrar no mesmo contexto que emergem discursos regulatórios de gênero e sexualidade, pronunciamentos como o que segue:

Nós não somos contra a religião, de forma nenhuma, mas o *radicalismo que vai ser implantado aqui no País é muito perigoso*. Então, nós pedimos encarecidamente ao nosso presidente que vete essa situação e passe uma peneira bem fina na questão de esses imigrantes virem para o País. Não queremos que o nosso País seja “islamificado”, de forma nenhuma. Aqui, nós somos mais de 90% de cristãos. Infelizmente, estamos vendo, pelo mundo afora *tantas mortes no segmento do cristianismo*, todas elas praticadas por *esses radicais* (Deputado Victorio Galli (PSC-MT), registro no Diário da Câmara dos Deputados de 15 de junho de 2017, grifos meus)¹⁸.

Como verificado, não somente as dimensões físicas/corpóreas não passaram incólumes a esse investimento, como também as dimensões subjetivas. Mais do que isso, busca-se, de diferentes maneiras, também legitimar através de diferentes discursos a manutenção de hierarquias que desde o processo de colonização desqualificam (ou desumanizam) o “outro”, localizando-o como inferior e/ou buscando combatê-lo.

Cabe destacar ainda que no mesmo movimento de elaboração/discussão da segunda para a terceira versão da BNCC, foi possível perceber também a diminuição e até desaparecimento de expressões como diversidade e classe social, nos levando a refletir sobre até que ponto essas questões estavam imbricadas em um mesmo movimento (ou grupo) político, denunciando a aproximação entre grupos e interesses em torno de algo em comum: um projeto de sociedade cuja a máxima parece cada vez mais ser “Neoliberal na economia, conservador nos costumes”.

Nesse sentido, a educação torna-se um espaço profícuo para esse tipo de investimento. A partir dessa perspectiva, é possível localizar tanto o Plano Nacional da Educação quanto a Base Nacional Comum Curricular como resultado de muitas disputas orquestradas por diferentes atores/atrizes e que, embora impositivos, de caráter obrigatório e com força de lei, não estão fechados, mas abertos a resistências e enfrentamentos.

¹⁸ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020170615001040000.PDF>. Acesso em 14 abr. 2018.

Como Lopes e Macedo (2011), entendemos o currículo não mais como uma seleção de conteúdos ou mesmo como seleção de cultura, mas como uma produção cultural. O currículo é uma produção cultural por estar inserido nessa luta pelos diferentes significados que conferimos ao mundo. O currículo não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, não é uma parte legitimada da cultura que é transposta para a escola, mas é a própria luta pela produção de significados (Lopes; Macedo, 2011, p. 93).

O currículo, suas políticas e o que se diz sobre ele também se torna um espaço de luta por produção de significados e deslocamentos. Embora tenha ocorrido certo sucesso por parte dos grupos religiosos cristãos, uma vez que o PNE e a versão final da BNCC materializaram muitos de seus interesses, é urgente e necessário que nós, professores e pesquisadores, reconheçamos a importância política dessa luta, qual seja: a luta diária e cotidiana por significar e dar sentido ao que seja educação, currículo; uma escola totalmente outra, pautada pelo respeito às diferenças e, principalmente, no enfrentamento aos discursos de ódio disfarçados de liberdade de expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise dos discursos aqui evidenciados, em sua maioria, durante as disputas das políticas educacionais Plano Nacional de Educação e Base Nacional Comum Curricular, foi possível evidenciar o desejo, por parte da bancada religiosa cristã fundamentalista, de manutenção de certa colonialidade dos saberes, fosse através das questões relacionadas diretamente à defesa incessante de determinados saberes no currículo escolar, fosse restringindo nesses documentos discussões a respeito dos gêneros e das sexualidades, reforçando hierarquias e assimetrias historicamente demarcadas e ancoradas em um saber branco, patriarcal e europeu, em outros termos, saberes coloniais.

A sexualidade e os discursos que se voltam para ela com o objetivo de produzir, reproduzir e normatizar determinados comportamentos, ajudam a localizar as disputas políticas curriculares durante a elaboração do PNE e da BNCC e os discursos conservadores voltados para elas, como produtores e reprodutores de sentidos. Como práticas de

subjetivação, tais discursos, ao mesmo tempo que afirmavam comportamentos e práticas sexuais heterossexuais como normais e saudáveis, buscaram interditar e constranger práticas e comportamentos considerados desviantes do comportamento heteronormativo, bem como as políticas de enfrentamento às violências motivadas por lesbo/homo/bi/transfobia.

Os discursos aqui evidenciados endossam a necessidade de reflexão proposta pelos estudos decoloniais (Lugones, 2008) no que diz respeito a interseccionalidade, uma vez que, articulados, essas manifestações discursivas caminharam junto a outros processos de exclusão, como quando buscavam afirmar o Brasil como um país “fundamentalmente” cristão, apontando, assim, para a ainda intrínseca relação entre religião e colonialidade.

Se, na esteira do que fora defendido pelos autores aqui trazidos, a colonização hierarquizou conhecimentos, hábitos, formas outras de ser e existir, a religião cristã em seu molde fundamentalista atual segue subalternizando conhecimentos, comportamentos e tentando, no jogo da luta política, significar o que seja educação, conhecimento e estabelecendo limites conceituais para o que seja homem, mulher e família, conceitos estes submetidos aos livros sagrados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRADE, Péricles. Engajamento social versus emoção e tradição: a reasserção conservadora católica no Brasil. In: _____. *Religião e cidadania*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação no debate atual*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Casa Civil. MEC. *Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2014*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. Casa Civil. MEC. *Base Nacional Comum Curricular* (1ª versão). Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-APRESENTACAO_final_06-10.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Casa Civil. MEC. *Base Nacional Comum Curricular* (2ª versão). Disponível em: <<http://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2016/05/2%C2%AA-BNCC-BOOK.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Casa Civil. MEC. *Base Nacional Comum Curricular* (3ª versão). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

ClAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudencio (org.). *Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, 2017.

FAUSTO-STERLING, Anne. *The five sexes, revisited*. The Sciences, v.40, n.4, p. 18-23, jul./ago. 2000a.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In.: *Género y Descolonialidad*. MIGNOLO, Walter (et.al). Buenos Aires: Del Signo, 2008.

Lopes, Alice Casimiro. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar?: conhecimento, reconhecimento e alteridade na Teoria do Currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

MIGNOLO, Walter (et.al). *Género y Descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008a.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008b. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf Acesso em: 22/08/2024.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10/07/2024.

MISKOLCI, Richard. *Pânicos morais e controles sociais: reflexões sobre o casamento gay*. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 01-128, jan./jun. 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In.: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

SILVA, Marlon Silveira da. *A invenção da inversão: ciência e o desejo entre mulheres*. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

ABSTRACT:

The current context has highlighted an intensification of disputes over curricular and educational policies in Brazil, with regard to the content to be developed by schools. The systematic attack on the possibility of discussing topics related to sexual and reproductive rights, in recent years, has become one of the most evident manifestations of the Christian religious group. Guided by the so-called decolonial studies proposed by María Lugones (2008), Aníbal Quijano (2005) and Walter D. Mignolo (2008a, 2008b, 2017), in addition to the contributions of Elizabeth Macedo's (2016) curricular studies, besides bibliographic and documentary research, we have as an aim to reflect on public demonstrations by some political actors identified as Christians, which have represented a setback to the Human Rights agenda in Brazil and, mainly, with regard to discussions of gender and sexuality in the school space. As a result, it has been possible to perceive that such discourses, when based on Christian moral values, in the dispute to signify the contents that should be covered by documents such as the National Education Plan and the National Common Curricular Base, have intensified processes of exclusion and discrimination, demonstrating the still intrinsic relationship between Christian religions, coloniality and education.

Keywords: Gender and sexuality; Religion; Coloniality; Educational policies.

Recebido em 31/10/2024.

Aprovado para publicação em 20/11/2024.